



**DE LUANDA A LISBOA/PARAÍSO:
UMA TRAJETÓRIA DE DESENCONTROS E RECOMEÇOS**

*FROM LUANDA TO LISBOA/PARAÍSO:
A PATH OF DECENTERING AND RESTARTING*

*DE LUANDA A LISBOA/PARAÍSO:
UN CAMINO DE DESENCUENTROS Y REINICIOS*

Sheila Jacob¹

RESUMO:

Os romances de Djaimilia Pereira de Almeida podem ser considerados “textos entre fronteiras”. Mais do que percorrer distâncias físicas, os personagens de suas obras transitam entre limites políticos, culturais, subjetivos e identitários. Essa característica pode ser percebida desde a leitura de *Esse cabelo* (Leya, 2017), o primeiro livro da autora publicado no Brasil, e também em sua obra mais recente lançada em nosso país, *Luanda, Lisboa, Paraíso* (Companhia das Letras, 2019). Esta última apresenta, desde o título, o deslocamento dos protagonistas – Cartola e Aquiles – que precisam sair da capital angolana em direção a Portugal. Essa trajetória, como este artigo procurará demonstrar, é marcada por expectativas, desencontros, desencantos, mas também tentativas de recomeços.

PALAVRAS-CHAVE: identidade, imigração, exílio, discriminação.

ABSTRACT:

*The Djaimilia Pereira de Almeida's novels can be considered “texts across borders”. More than walking physical distances, the fictional characters in her texts move across political, cultural, subjective and identity boundaries. This feature can be seen from the reading of *Esse cabelo* (Leya, 2017), the author's first book published in Brazil, and also in her most recent work released in our country, *Luanda, Lisboa, Paraíso* (Companhia das Letras, 2019). This one presents, from the title, the displacement of the protagonists - Cartola and Achilles - who need to leave the Angolan capital towards Portugal. This trajectory, as this article will demonstrate, is marked by expectations, disagreements, disenchantments, but also attempts to restart.*

KEYWORDS: identity, immigration, exile, discrimination.

¹ Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ) e professora EBTT do Colégio Pedro II. sheila.jacobb@gmail.com



RESUMEN:

*Las novelas de Djaimilia Pereira de Almeida pueden considerarse “textos transfronterizos”. Más que caminar distancias físicas, los personajes de sus obras se mueven entre límites políticos, culturales, subjetivos y de identidad. Esta característica se puede ver en la lectura de *Esse cabelo* (Leya, 2017), el primer libro de la autora publicado en Brasil, y también en su trabajo más reciente publicado en nuestro país, *Luanda, Lisboa, Paraíso* (Companhia das Letras, 2019). Este último presenta, desde el título, el desplazamiento de los protagonistas, Cartola y Aquiles, que deben abandonar la capital angolana hacia Portugal. Esta trayectoria, como intentará demostrar este artículo, es marcada por expectativas, desacuerdos, desencantos, pero también por intentos de reiniciar.*

PALABRAS-CLAVE: *identidad, inmigración, exilio, discriminación.*

Por isso esta carta se manteve secreta tantos anos na ambição desmedida de que os anjos te ajudassem a construir o mapa de afetos e os sítios da cura que não fossem uma mera cartografia da terra que nos cabe com as suas escalas, superfícies lisas e rugosas, nível do mar e montanha. Tinha que ser o verdadeiro mapa do tesouro, aquele que aberto sobre a mesa tivesse ainda o cheiro da tinta mas também os vincos do silêncio e as fórmulas para não sofrer que eu queria colecionar para ti.

(TAVARES, 2019, p. 23)

A epígrafe, retirada da crônica “A carta secreta de Ananapalavra ou a morte dos poetas”, de Ana Paula Tavares, anuncia o desejo de superação de uma “mera cartografia da terra”, com suas escalas e medidas, e, no lugar dessas linhas “frias”, propõe a elaboração de um verdadeiro “mapa afetivo”, repleto de silêncios, desejos e subjetividade. A escritora Djaimilia Pereira de Almeida, com seu novo romance *Luanda, Lisboa, Paraíso* (Companhia das Letras, 2019), constrói, de forma similar, um “mapa emotivo” das cidades referidas no título, apresentadas a partir das experiências dos protagonistas da obra, dos seus castelos de sonhos erguidos e desfeitos, dos encontros e desencontros identitários, da discriminação de que são alvo e da tentativa de superação e de busca por pertencimento. É uma obra que, portanto, entrelaça temas como diáspora, imigração, entre-lugar identitário, violência(s) e (re)negociações constantes de sentido.

A viagem, tema-base do texto, já se anuncia desde o título. De Luanda, capital angolana, Cartola e o filho caçula Aquiles partem, dez anos depois da independência de Angola, em direção a Lisboa, Portugal, em busca de tratamento médico para o jovem, marcado desde o nascimento por uma deficiência no calcanhar responsável pelo seu nome de batismo. Depois de um certo tempo na então ex-metrópole, pai e filho vão se mudar para o bairro Paraíso, cujo nome ironicamente contrasta com as desigualdades e misérias que caracterizam esse local.

O que era para ser uma rápida viagem acaba se transformando em uma duradoura e

dolorosa experiência, na qual a esperança e o desejo de cura que motivaram a saída do país natal dão lugar à dureza da condição dos africanos imigrantes na Europa. O que era visto como uma possibilidade de recomeço acaba se tornando um cruel retrato das desigualdades, da falta de oportunidades e do desafio diário de lutar pela sobrevivência e pela dignidade em um país distante. A ambos custaria entender que quem parte não volta, como o próprio romance sinaliza nas páginas iniciais: “Foi-lhe [a Cartola] claro naquele instante que não viajavam para Portugal, mas para sempre” (ALMEIDA, 2019, p. 26).

De Angola a Portugal, uma viagem pela colonialidade

Aquiles nasceu em Angola em 1970, portanto cinco anos antes da libertação de seu país natal. O período que precedeu a independência foi de paralisia e de indiferença do pai, Cartola, com relação às questões políticas e de conjuntura, pois sentia-se enclausurado nos problemas dos parentes – a deficiência do filho e a enfermidade da esposa, Glória, condenada a ficar em cima da cama desde o parto do filho caçula. Aquela família se foi, assim, alheando da política local e, de certa forma, tornando-se aos poucos estranha/estrangeira em seu próprio país, sem compartilhar o sentimento de euforia que contagiava seus compatriotas. “Os primeiros cinco anos de vida da criança apanharam a família no cruzamento entre a crescente paralisia da mãe Glória e a iminência da Independência. Cartola [...] evitava a política como se evitasse um vagabundo na rua” (ALMEIDA, 2019, p. 12). Exilados em si mesmos, tais sujeitos precisam lidar com seus dramas e interesses particulares. “Não há nada pior que ser igual a toda a gente” (2019, p. 14), dizia Cartola ao filho para tentar convencer a si próprio quanto ao valor de seu rompimento com o que estava para além dos muros de casa.

Já Aquiles, devido a sua condição física, era considerado, desde criança, estranho. Passou a ser “o coxo com quem os miúdos gozavam quando chegavam à escola” (ALMEIDA, 2019, p. 14). Ele teria que ser operado até completar os 15 anos para consertar o calcanhar. Em 1985, chegado o momento, os dois, então, partem para Lisboa, “viagem com que [Cartola] sonhara uma vida inteira” (ALMEIDA, 2019, p. 16). Apesar das promessas de que logo regressariam para casa, esse retorno não chega a acontecer. Até o final da narrativa, a única ligação que os ataria à terra natal seriam os telefonemas de Cartola para Glória, as cartas com ela trocadas, inscritas na edição aqui consultada com fonte diferente, e uma breve visita da filha Justina e da neta Neusa, que conseguiram amenizar um pouco a amargura da experiência dos parentes no exterior. Trata-se, portanto, de uma viagem sem regresso, na qual as relações entre pai e filho e entre angolanos, portugueses e demais estrangeiros precisam o tempo inteiro ser redesenhadas e renegociadas.

Aterrissados na antiga metrópole, o distanciamento de seu país natal potencializa-se, tornando-se a partir desse momento, além de subjetivo, espacial. Essa “desterritorialização” exprime um distanciamento progressivo da própria identidade que ambos os personagens

experimentam. Cartola e Aquiles são sujeitos que não estão inteiros em lugar algum, necessitando proceder a uma des-re-territorialização. A pesquisadora Aline Prúcoli de Souza, partindo dos estudos de Deleuze e Guattari sobre os conceitos de desterritorialização e reterritorialização, demonstra como esse duplo movimento é, mais do que espacial, simbólico:

Culturalmente ou simbolicamente, des-re-territorialização diz respeito à (des)locação, ao (des)centramento, à (des)construção, à fragmentação e à hibridização das identidades e dos significados. [...] De acordo com os criadores dos conceitos, Deleuze e Guattari, a desterritorialização e a reterritorialização não se referem apenas ao aspecto geográfico, temporal, político, econômico ou cultural, mas também, e principalmente, à maneira e à profundidade com que cada indivíduo se deixa atingir e capturar pelo processo ou à forma com que o utiliza ao criar sua própria linha de fuga e romper com os padrões e valores arcaicos de formação identitária. (SOUZA, 2016, pp. 57-58)

Quando lemos *Luanda, Lisboa, Paraíso*, vemos como é necessário não idealizar ou romantizar esse movimento rumo ao estrangeiro. Segundo Stuart Hall, ao tratar da diáspora no mundo contemporâneo, não se deve sugerir que “os elementos diferentes estabelecem uma relação de igualdade uns com os outros. Estes são sempre inscritos diferentemente pelas relações de poder – sobretudo as relações de dependência e subordinação sustentadas pelo próprio colonialismo” (HALL, 2009, p. 34) e que se mantêm, como sabemos, até os dias de hoje.

Aníbal Quijano é um dos teóricos que apontam para o fato de a colonialidade ter sobrevivido ao colonialismo. Ou seja, mesmo depois de oficialmente superada a condição de colônia, as relações entre e intra-países ainda se orientam por antigos códigos firmados no período colonial, sustentados, segundo o pesquisador, “na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder” (2010, p. 84). Ele explica a diferença entre os dois termos:

Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a, Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoira que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjectividade do mundo tão enraizado e prolongado. (QUIJANO, 2010, p. 84)

Se a colonialidade sobrevive e alicerça relações de poder no mundo contemporâneo, como afirma Quijano, o romance de Djaimilia ratifica tal observação, demonstrando que a condição do imigrante africano na Europa, mesmo depois do “sol das independências”², muitas vezes não é digna. A ele não é permitido transitar por certos lugares nem acessar os mesmos portos de oportunidades, sobrando-lhe condições precárias de trabalho e de sobrevivência, especialmente se a cor de sua pele for negra.

Antes de partir, Cartola, “ainda que sempre se tivesse sentido um coimbrão honorário, temia sem confessar à mulher não ser admitido em Lisboa, bastando que abrisse a boca para dizer ‘Rossio’” (ALMEIDA, 2019, p. 18), temor este que se confirmaria mais tarde quando Cartola chegasse a Lisboa e se descobrisse um estrangeiro na própria língua portuguesa. “Andava ao lado do filho como se fingisse dominar uma língua estrangeira. Aquiles conseguia pressentir o *desnorteamento* do pai e começou aos poucos a dar-lhe a mão” (p. 30, grifo nosso).

Sabemos que a imposição da língua portuguesa, acompanhada da proibição de termos, expressões e sonoridades africanos, foi um dos muitos prismas da perversa investida colonizatória, calcada no silenciamento e na inferiorização. Depois de uma breve estadia em Portugal, Cartola e Aquiles “perderam a ilusão de que Lisboa os aguardava e de que ali podiam contar com alguém ou esperar alguma coisa do futuro. [...] Não era Cartola que fazia por não ser visto, mas a cegueira o que era a condição da cidade” (ALMEIDA, 2019, p. 55-56).

A essa invisibilidade, no entanto, contrapunham-se a atenção e a camaradagem dos companheiros trabalhadores, que se mostravam sensíveis à condição do pai e do filho e procuravam, com pequenos gestos, aliviar o fardo que carregavam: “A brutalidade do trabalho não impedia outros homens de atenções sinceras. Não era incomum que um dos rapazes lhe aliviasse a carga, se acaso tropeçava atarantado com o peso. Ao almoço, muitos lhe davam a sua porção de fruta. Pagavam-lhe cervejas” (ALMEIDA, 2019, p. 50).

Seis meses depois da chegada àquela cidade, o desencontro com sonhos e projetos antigos é constatado: “tinham percebido que Lisboa era uma escadaria que não ia dar a parte alguma” (ALMEIDA, 2019, p. 61). Cartola tentou o pedido da nacionalidade portuguesa, mas este nunca haveria de chegar. Mais do que um documento oficial, o personagem carecia de reconhecimento:

Parecia pensar que um dia lhe bateriam à porta e lhe diriam que estava tudo tratado, que era enfim português, direito que julgava pertencer-lhe. Não sabia ele conjugar o gerundivo e a origem etimológica da palavra Tejo? [...] Não se arrepiava ao ouvir o hino de Portugal e sabia de cor a primeira estrofe dos Lusíadas? Não abafara o seu desejo ao ponto de se ter esquecido de como era o corpo de Glória e decorado os afluentes do Mondego? [...] Como não havia um secretário engravatado de lhe bater à porta um dia, saudando-o e estendendo-lhe um diploma comprovativo, enquanto um conjunto tocava concertina, bombo e tuba à graça do mais recente português? (ALMEIDA, 2019, p. 74)

2 Referência ao romance *O sol das independências* (1970), de Ahmadou Kourouma.

A pesquisadora Grada Kilomba trata desses estigmas e dessa invisibilidade em seu ensaio “Memórias da plantação”. Ela, que nasceu em Portugal e fez o doutorado na Alemanha, reconhece que seu país natal “vive na *negação*, ou até mesmo na *glorificação* da história colonial, [e] não permite que novas linguagens sejam criadas. Nem permite que seja a responsabilização, e não a moral, a criar novas configurações de poder e conhecimento” (KILOMBA, 2019, pp. 12-13).

A jornalista Joana Gorjão Henriques, em um livro-reportagem, também procurou abordar o racismo em Portugal. Seu livro é fruto de uma revolta, uma resposta a teorias que minimizam a violência da colonização promovida pelos portugueses e suas consequências até os dias de hoje. Segundo ela, “esta relação de invisibilidade, de silenciamento sistemático, de discriminação activa da população negra em Portugal tem suas raízes no processo de colonização e da escravatura” (HENRIQUES, 2017, p. 9). Apesar de idealizações, segundo ela, “a verdade, crua e dura, é que o poder no mundo e em Portugal é e continua a ter a cor branca; o branco continua a ser usado como símbolo de poder e como instrumento desse mesmo poder” (2017, p. 11). E ressalta: “Vivemos numa continuidade do colonialismo” (2017, p. 14), flagelo que os personagens do romance de Djaimilia sentem na própria pele.

Para além da falta de oportunidades e do trabalho precarizado do qual Cartola e Aquiles se tornaram reféns, há uma cena em que o racismo é descrito de forma explícita. Quando a irmã e a sobrinha de Aquiles visitam os parentes no exterior, elas, acompanhadas do jovem, resolvem fazer uma refeição ao ar livre. A cena é narrada da seguinte forma: “Os carros abrandavam no semáforo e alguns condutores reparavam no piquenique das três estátuas negras sentadas [...] eram aos olhos deles três pobres-diabos sem destino, *uma família de chimpanzés vestidos de gente*” (ALMEIDA, 2019, p. 122, grifo nosso). Estrangeiros no próprio país, também tornam-se renegados no exterior, atualizando uma das imagens mais poderosas do discurso colonial, que, metaforicamente, equiparava pessoas negras a macacos. É o que nos lembra, mais uma vez, Grada Kilomba:

A metáfora da/o “africana/o” como “macaca/o” tornou-se efetivamente real, não por ser um fato biológico, mas porque o racismo funciona através do discurso. O racismo não é biológico, mas discursivo. Ele funciona através de um regime discursivo, uma cadeia de palavras e imagens que por associação se tornam equivalentes: africano – África – selva – selvagem – primitivo – inferior – animal – macaco. (KILOMBA, 2019, p. 130).

A imagem estereotipada daquele grupo de pessoas negras, construída a partir do olhar redutor dos portugueses, é a confirmação da sobrevivência da colonialidade de que falamos anteriormente, denunciada em *Luanda, Lisboa, Paraíso*.

No espelho do exílio, identidades em estilhaços

As dificuldades econômicas por que os personagens passam não são os únicos obstáculos a serem superados em sua trajetória. Distantes da terra natal, experimentam uma sensação de

desterro identitário. Quando Cartola chega à Europa, depara-se com um novo mapa, que só fazia sentido quando percorrido como o negativo de um já conhecido, o da cidade onde morara:

De cabeça, decalcava Lisboa por cima de Luanda: Sagrada Família – Mosteiro dos Jerónimos, Ilha-Cacilhas, Preda-Prior Velho. Mas no interior de Cartola o mapa era ainda o mesmo. Caminhava sem referências. A nova cidade descarnada, sem arruamentos definitivos, entontecia-o. Sentia as pernas tremer, perdia o equilíbrio, mesmo que soubesse não estar perdido (ALMEIDA, 2019, p. 29).

Vivenciando o entre-lugar dos imigrantes, perdido em um mapa no qual não conseguia se localizar, Cartola queria despir-se de Luanda para que uma nova roupagem, mais confortável, lhe servisse. No entanto, com o tempo, descobriria ser impossível alcançar tal sensação. “O pai de Aquiles queria vomitar Luanda, mas ainda não conseguia; queria livrar-se da primeira vida, mas ela fazia-lhe frente; passar à próxima etapa, mas era ainda o mesmo homem” (ALMEIDA, 2019, p. 43).

O personagem experimenta, assim, a condição do exilado de que fala Edward Said:

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experimentar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heróicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. (SAID, 2003, p. 46)

Em lugar de “episódios heroicos, românticos, gloriosos”, enfim, idealizados do exílio, o que se desenha no romance de Djaimilia, para além dos impactos econômicos, é o retrato subjetivo da condição migratória: “o exílio, ao contrário do nacionalismo, é fundamentalmente um estado de ser descontínuo. Os exilados estão separados das raízes, da terra natal, do passado” (SAID, 2003, p. 50).

Por estar nessa condição, Cartola não é mais capaz de reconhecer a si próprio. Estranhava seu corpo, sua própria morada:

As mãos de Cartola não estavam na mesma. Olhava para elas como se pertencessem a outra pessoa. Não sabia dizer com que homem as havia trocado nem se recordara quando se dera esse transplante. Tocando nelas, era-lhe claro que não tinham vivido sempre consigo [...] Desconhecia se estavam habituadas a ser lavadas. Se estavam acostumadas a acenar. Se eram mãos para dar pancada. Se haviam tremido muito. Se alguma vez tinham curado alguém. Se eram de um santo ou de um monstro. (ALMEIDA, 2019, p. 48-49).

Nesse momento, o sujeito experiencia a condição de *descentramento* de que nos fala

Stuart Hall ao tratar das identidades culturais da pós-modernidade. No lugar da identidade concebida como algo sólido, unificado, resolvido, há, aqui, a constatação de que o sujeito está sempre partido ou dividido:

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (HALL, 2006, p. 38).

Essa sensação de *incompletude* e de *constante formação* se intensifica ainda mais quando se trata de sujeitos em trânsito, submetidos à hierarquia das relações de poder que caracteriza os movimentos (i)migratórios. Assim como Cartola, Aquiles também não se sentia mais angolano, tampouco português. O desequilíbrio de Aquiles devido à enfermidade de seu calcanhar refletia o desajuste de pisar naquela nova terra, antes fonte de sonhos, projetos e cobiças, já agora o retrato cruel da invisibilidade, da indiferença, de perdas e frustrações. Sentia que seu passaporte subjetivo/identitário espelhava a deficiência de seu corpo:

Talvez por isso, ainda no hospital, Aquiles tenha deixado de se sentir angolano. Esse olhar de quem vê o mundo da cama, contrariado, a morder-se de raiva porque ninguém o ouve, ninguém acode, foi a sua nacionalidade assim que pisou em Lisboa. Não era livre. Era doente. *O calcanhar defeituoso era o seu passaporte.* (ALMEIDA, 2019, p. 46-47, grifo nosso).

Em Portugal, Cartola e Aquiles moraram em uma pensão por um longo período, como se não quisessem se desfazer da identidade estrangeira. Depois de deixarem o quarto que os acolhera durante anos, foram morar na Quinta do Paraíso, o terceiro vocábulo que ironicamente se inscreve no título do romance, como já afirmamos. No entanto, a família logo se vê vítima de uma tragédia: a casa em que passaram a habitar é destruída por um incêndio. Ou seja, perderam o vínculo com seu antigo lar, mas não podem mais habitar no novo lugar em que começaram a viver.

Como escreveu Stuart Hall, “talvez todos nós sejamos, nos tempos modernos – após a Expulsão do Paraíso, digamos – o que o filósofo Heidegger chamou de *unheimlichkeit* – literalmente, ‘não estamos em casa’” (2009, p. 27, grifo nosso). Segundo Hall e tantos outros teóricos que se têm debruçado sobre o tema, depois da experiência da diáspora, em especial, torna-se impossível retornar completamente à antiga segurança de uma “casa” – aqui entendida como uma ideia de pátria com a qual o sujeito se identifica totalmente.

Muitos sujeitos que vivenciam longas experiências no exterior passam por essa espécie de “inadequação” e “desencontro”, sentimento que estilhaça uma noção sólida de identidade nacional. Mesmo quando retornam a seus países, “muitos sentem que a ‘terra’ [natal] se tornou irreconhecível” (HALL, 2009, p. 27). Cartola e Aquiles, apesar de não regressarem a Portugal, sabem que é impossível tanto “voltar para casa” quanto sentir-se em harmonia com o novo lugar

de moradia. Torna-se necessário, portanto, buscar sempre recomeçar.

Negociações em busca de um recomeço: erguendo uma nova casa

Refletir sobre as transformações subjetivas pelas quais passam os personagens no exílio – e não apenas eles – nos leva a convocar, a partir de Stuart Hall, a noção derridiana de *différance*: “uma diferença que não funciona através de binarismos, fronteiras veladas que não separam finalmente, mas são também *places de passage*, e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim” (2009, p. 33, grifo do autor). Sendo assim, os imigrantes, já em Portugal, precisam negociar o tempo inteiro suas próprias identidades, divididas entre a terra em que nasceram e o novo mundo em que passaram a habitar.

Como uma forma de simbolizar essa tentativa de reencontrar-se, os dois erguem, a partir das ruínas da casa antiga, os alicerces de uma nova moradia. A construção se dá com o auxílio do vizinho Pepe, um cozinheiro galego que lhes estende a mão, auxiliando-os por pura camaradagem. Apresenta-se, assim, a possibilidade de construção de novas relações de amizade e de renegociações de sentido naquele lugar até então inóspito. A esperança se anuncia no encontro entre culturas distintas, ou seja, no abraço das diferenças, como informa o texto literário: “Nenhum deles se lembrou de si próprio enquanto se tornaram amigos” (ALMEIDA, 2019, p. 168). Cartola reencontra a paz e o sonho possíveis não na terra que deixou e muito menos na que o recebeu, mas sim no afeto de Pepe, ressignificando o sentido do vocábulo “Paraíso”:

Paraíso também não era a mesma coisa, ainda que continuasse tudo na mesma. Já ninguém imaginava Pepe sem Cartola, embora fingissem não dar por eles. Se o entendimento entre duas almas não muda o mundo, nenhuma ínfima parte do mundo é exatamente a mesma depois de duas almas se entenderem. (ALMEIDA, 2019, p. 169).

A narrativa continua:

O pátio adormecia a som das marteladas de um do assobiar do outro. Acrescentavam *refrões em kikongo* a *panxoliñas galegas*, soltavam gargalhadas boçais, limpavam a boca aos braços, ensaiavam piropos cada vez mais reles. Adormeciam em pé, à medida que o ar refrescava, como se cada noite fosse a sua última noite juntos (2019, 169, grifo nosso).

Sem deixar de denunciar as injustiças sociais, o preconceito e as diversas formas de violência que sobrevivem na contemporaneidade, o texto de Djaimilia demonstra que é no encontro entre indivíduos, culturas e nacionalidades distintos que a felicidade pode vir a acontecer. Da tragédia, anuncia-se um recomeço. A metáfora da casa incendiada, antes impossível de ser habitada, agora já pode vir a simbolizar uma possibilidade de os personagens traçarem um novo caminho no exterior.

Essa iniciativa de reconstrução de uma “casa” passa, então, a simbolizar a perspectiva de se estabelecer novas relações afetivas com outros sujeitos e também com aquela terra estrangeira. Erguer uma *nova morada* a partir de escombros significava a tentativa de passar a habitar um *novo território*, ressignificando os laços até então construídos com Portugal:

Cartola [...] ficou descansado com o êxito da empreitada e um tudo-nada orgulhoso por sentir que tinham erguido uma morada dos escombros com as próprias mãos. No último fim de semana do mês, os Cartola de Sousa dormiram pela primeira vez no número 22, *A nossa casinha*, como dizia a placa que Pepe fez questão de acrescentar à frontaria da obra concluída. [...] Cartola fez a barba e sentiu-se um homem novo. Para Pepe, foi como devolver à natureza dois pássaros restabelecidos. (ALMEIDA, 2019, p. 171, grifo da autora).

Ainda refletindo sobre os simbolismos da ideia de “casa”, Grada Kilomba apresenta uma reflexão interessante sobre a (in)adequação de corpos negros a certos lugares, onde lhes é autorizado, ou não, permanecer. Segundo ela, “a diferença racial vem a coincidir com a diferença espacial” (KILOMBA, 2019, p. 61). A pesquisadora relata quando, ao frequentar a biblioteca de psicologia da Universidade Livre de Berlim, foi repreendida por uma funcionária branca, de quem ouviu que não poderia estar ali porque, segundo aquela mulher, a biblioteca podia ser apenas frequentada por universitários/as. Então ela comenta:

Ao dizer “só para estudantes universitárias/os”, a funcionária da biblioteca estava me informando que o meu corpo não foi lido como um corpo acadêmico. As/os estudantes universitárias/os a quem ela estava se referindo eram as/os “outras/os” brancas/os na biblioteca. Nos seus olhos, elas e eles eram lidos como corpos acadêmicos, corpos “no lugar”, “em casa”. (KILOMBA, 2019, p. 62).

Partindo desse comentário biográfico da autora, podemos refletir sobre os sentidos que, na obra de Djaimilia, a destruição e a reconstrução da casa de Cartola e Aquiles podem suscitar. Para além da segurança do país natal, erguer uma casa a partir dos escombros, portanto, também metaforiza a busca por um local de adequação daqueles “corpos”, frequentemente vistos como estranhos, *sem lugar*, pelos outros e por eles mesmos. Era preciso garantir-lhes um espaço adequado para que, finalmente, se sentissem bem.

Conclusão

Depois de uma longa trajetória em busca de reconhecer-se e reconectar-se com sua própria identidade e com o país no qual passaram a morar, Cartola e Aquiles finalmente anteveem a possibilidade de construção de um novo porvir. Estrangeiros antes e depois, podem começar a sonhar com um futuro outro, marcado por relações de cumplicidade e melhores condições de vida no exterior.

Há, no romance de Djaimilia, um questionamento a certa romantização do exílio, da

imigração e da diáspora, mostrando que a colonialidade, até hoje, grita sua infeliz presença em diversas ocasiões. Há, por outro lado, também o reconhecimento das muitas formas de se recomeçar, o que, no entanto, no desfecho da narrativa se mostra impossível. Depois da tentativa de reconstrução de um novo lar a partir dos escombros da casa antiga, uma outra tragédia se impõe na vida dos personagens. O texto nos mostra, assim, que o sonho de se encontrar, reconstruir-se e refugiar-se em uma situação de estabilidade seja talvez uma busca, apesar de necessária, sem fim.

Referências

ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. **Luanda, Lisboa, Paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**”. Trad. Adelaine La Guardia Resende ... [et al.]. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. pp. 25-48.

HENRIQUES, Joana Gorjão. **Racismo em português: o lado esquecido do colonialismo**. Rio de Janeiro: Tinta da China, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (org). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 84-130.

SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio. In SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 46-60.

SOUZA, Aline Prúcoli. Des-re-territorialização. In COSER, Stelamaris (org.). **Viagens, deslocamentos, espaços: conceitos críticos**. Vitória: EDUFES, 2016, pp. 54-61

TAVARES, Ana Paula. **Um rio preso nas mãos: crônicas**. São Paulo: Kapulana (Série vozes da África), 2019.